

## PARA ALÉM DO SINDICALISMO: NOVOS INSTRUMENTOS E ALIADOS PARA A REVOLUÇÃO ANARQUISTA NO BRASIL (1917-1922)

TIAGO BERNARDON DE OLIVEIRA\*

### Introdução

Na esteira da vinculação entre movimento operário e alguma corrente política predominante em determinado período histórico, com frequência se atribuiu um caráter anarquista ao sindicalismo brasileiro da Primeira República, a partir de experiências observadas no centro-sul do país. Além disso, é também comum ver certa tendência a se cristalizar o ideário de alguma corrente política frente às dinâmicas das experiências históricas concretas. Isso talvez seja ainda mais forte no caso das análises referentes às experiências anarquistas no Brasil, talvez porque seja comum lermos no próprio manancial de fontes primárias, formado, principalmente, por material de propaganda, assertivas que se pretendem universais no tempo e no espaço, e que procuram preservar certa coerência e constância em seus valores e discursos.

No entanto, particularmente na última década, diversos historiadores (p. ex.: TOLEDO, 2004; ROMANI, 2002; SAMIS, 2006; BONOMO, 2007; BARTZ, 2007) têm se preocupado em restituir a historicidade do movimento anarquista brasileiro, no que se refere aos seus esforços por fazer eclodir um processo revolucionário condizente com seu projeto de futuro.

Esta comunicação, que traz alguns elementos discutidos em tese de doutorado defendida em 2009, procura se inserir nessa perspectiva, ao tentar situar historicamente os dilemas e as tentativas de redefinição das estratégias de ação do movimento anarquista brasileiro na virada da década de 1910, para além da estratégia sindicalista desenvolvida, principalmente, a partir de 1906.

---

\* Professor de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). A tese que dá origem à discussão aqui trazida teve financiamento do CNPq, através de concessão de bolsa de doutorado.

## **A emergência do sindicalismo como método de ação para fins anarquistas**

A relativa amplitude que o anarquismo atingiu no Brasil deveu-se às relações que seus militantes conseguiram estabelecer com o movimento sindical, especialmente em regiões como o Distrito Federal e proximidades, São Paulo e algumas regiões do Rio Grande do Sul, como Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Ainda que conheçamos registros de indivíduos adeptos do ideário anarquista em todo o país – como o caso do escritor mineiro, Avelino Fóscolo (DUARTE, 1991) – e mesmo de grupos que, em alguma medida, criaram e mantiveram vínculos, ainda que efêmeros, com os movimentos operários estaduais (ver, por exemplo, GONÇALVES e SILVA, 2000), foi nessas regiões que a militância libertária conseguiu estabelecer uma tradição mais contínua e traçar formas de articulação entre si, constituindo, assim, um movimento de proporções mais ou menos nacionais.

A aproximação deliberada dos militantes anarquistas do Brasil com os sindicatos se deu em meio a um contexto internacional, em que se tentou, a partir das experiências de lutas dos trabalhadores operários urbanos europeus do século XIX, dar novos contornos táticos e estratégicos, que permitissem a difusão dos ideais libertários concomitantemente ao exercício prático da organização e da mobilização reivindicatória. Essa aproximação se deu sob a influência direta do chamado sindicalismo revolucionário, cujos contornos se delineavam nos debates em torno da Confederação Geral do Trabalho francesa, desde os anos 1890, e se consolidaram na Carta de Amiens, de 1906, até serem euforicamente apresentados por Pierre Monatte, no ano seguinte, no Congresso Anarquista de Amsterdam.

A despeito dos debates internos nesse evento, polarizados entre Monatte e Malatesta, quando o francês chegou a afirmar, peremptoriamente, que “o sindicalismo bastava em si mesmo”, parece claro que a constituição dos parâmetros teóricos do sindicalismo revolucionário se deu em meio a desafios concretos de organização e nas disputas políticas internas do movimento operário francês. A opção pela luta no plano estritamente econômico e a defesa intransigente da neutralidade política e religiosa das entidades sindicais foram resultantes, como salientou Jacques Julliard (2006: 15), de uma “solução de compromisso”, dado o relativo equilíbrio de correlação de forças em

disputa pela condução política do movimento operário francês, dentre os quais enfrentavam-se também anarquistas e socialistas.

Os argumentos teóricos que conferiam um caráter de “ginástica revolucionária” proporcionada pelo exercício pedagógico da organização sindical e das greves residuais, com vistas ao grande ápice da greve geral revolucionária, visavam direcionar a luta dos trabalhadores organizados nos sindicatos para muito além das questões imediatas que causavam a deflagração de movimentos grevistas específicos. Procuravam combater as concepções cientificistas e de automatismo revolucionário, que tão fortemente haviam deitado raízes no pensamento anarquista e que influíam nas definições de ordem estratégica de seu movimento. Avaliações sobre a influência negativa e, por vezes, paralisante que tais concepções exerciam sobre a efetivação dos planos libertários em todo o mundo podem ser lidas em diversos escritos de Malatesta, como, por exemplo, em homenagens a seus companheiros Bakunin e Kropotkin (MALATESTA, 2004: 27-29; 105-120).

A ascensão do sindicalismo revolucionário, assim, deve ser entendida dentro de um contexto de embates políticos internos ao movimento operário sobre a necessidade de redefinições de estratégias de ação para “educar” ou “treinar” o proletariado com o objetivo de, na perspectiva anarquista, se promover uma revolução social profunda. Embora parte da militância internacional tenha aderido aos preceitos da nova estratégia como doutrina, creio ser possível afirmar que, de modo geral, o sindicalismo revolucionário foi adotado, antes de tudo, como método de organização e de ação. Se Malatesta contestou Monatte por apresentá-lo como o redentor do anarquismo, jamais contestou a importância dos anarquistas penetrarem nos sindicatos para torná-los instrumentos de difusão das ideais libertárias e de gérmen da revolução. Criticou, antes de tudo, o que considerava ser a reprodução da concepção automatista, escondida sob o rótulo de novidade, presente quando o sindicalismo atribuía às lutas eminentemente econômicas das greves um caráter revolucionário. Para o italiano, acreditar que a luta no terreno econômico despertaria, por si só, a consciência dos trabalhadores sobre o antagonismo de interesses com as classes dominantes e o potencial de constituição de um projeto alternativo de futuro, seria menosprezar a dinâmica dos conflitos sociais e os riscos dos sindicatos se converterem em elementos de conservação da ordem, seja por sua estrutura burocrática hierarquizada, seja pela satisfação com o atendimento de

reivindicações imediatistas e residuais, que não ameaçavam, em essência, a dominação de classe. Era preciso ter clareza do alcance e dos limites da ação coletiva dos trabalhadores na busca pela convergência com o ideal libertário, o que não significava desprezar as organizações sindicais para fins revolucionários.

Ponderações como essas de Malatesta sempre estiveram presentes no interior do movimento anarquista internacional, e pode-se dizer que havia uma convergência entre os anarquistas ditos organizacionistas (em oposição aos individualistas) sobre a necessidade estratégica de se estabelecer uma ação conjunta com as formas de organização dos trabalhadores. A diferença maior estava na ênfase dada aos sindicatos na condução do processo revolucionário e na constituição da sociedade futura desejada. As apostas e dúvidas quanto à eficiência dos métodos apregoados pelo sindicalismo revolucionário, especialmente no que se refere à neutralidade política e religiosa das associações, estiveram sempre presentes entre os anarquistas. O arrefecimento ou exacerbação dessas tensões dependiam, muito mais do que o choque de ideias descomprometidas com a realidade, da dinâmica em que os movimentos operários locais ou nacionais estavam submetidos.

Na Argentina, por exemplo, as tensões se acentuaram a tal ponto que parte significativa dos anarquistas catalisou seu descontentamento com o que julgaram ser ineficiência da Federação Obrera Regional Argentina, e mesmo contradição com os princípios libertários. Muitos romperam, em 1915, com as teses estabelecidas em seu V Congresso, ocorrido em 1905, que declarava ser esta associação, uma entidade anarquista. A instituição do sindicalismo revolucionário da F.O.R.A., em 1915, sob o prisma da neutralidade política, visava não apenas combater o autoritarismo de uma declaração que submetia as orientações políticas individuais de seus filiados, senão também fazer daquela federação uma associação muito mais aberta aos trabalhadores do que restrita aos mesmos costumeiros círculos anarquistas.

Isso implicou mais um racha, o mais intenso, no movimento anarquista argentino, ao contrário do brasileiro, onde jamais ocorreu uma cisão de modo tão drástico, como salientou Jacy Seixas (1992: 107). Embora se possa encontrar alguns adeptos do sindicalismo revolucionário enquanto doutrina ligada ao anarquismo, como Giulio Sorelli, analisado por Edilene Toledo (2004a e 2004b), do meu ponto de vista, a

militância libertária brasileira foi a grande impulsionadora e difusora do sindicalismo revolucionário como *método de luta*, e não como doutrina, para fins revolucionários anarquistas. O sindicalismo revolucionário no Brasil, portanto, sob meu ponto de vista, esteve submetido e instrumentalizado pelo anarquismo. Para os militantes brasileiros, o sindicalismo não bastava em si mesmo. Era apenas um meio indispensável de ação.

O relativo consenso brasileiro em torno da avaliação estratégica sobre o sindicalismo não implicou dizer que não ocorreram divergências entre os militantes acerca da eficácia deste método. Dentre os diversos escritos a respeito de certos ceticismos e pedidos de prudência quanto ao sindicalismo, houve, pelo menos, um grande momento publicizado desses embates. Data de 1913, quando em junho, o anarquista João Crispim, dirigente da Federação Operária Local de Santos (FOLS), teceu duras críticas ao corporativismo e conservadorismo resultantes do sindicalismo “puro” e envidava as associações a reverem as teses do I Congresso Operário Brasileiro de 1906, e declararem-se abertamente anarquistas (CRISPIM, 15 jun. 1913: 2). Em sequência à declaração de princípios anarquistas da FOLS, travaram-se intensos debates no órgão da Confederação Operária Brasileira, *A Voz do Trabalhador*, entre Crispim e Neno Vasco, que defendia, por sua vez, a reafirmação das teses de 1906 e alertava para os perigos de dispersão de esforços e distanciamento dos anarquistas com os trabalhadores, se tal prática fosse adotada. Esse embate de ânimos aguçados adentra ao II Congresso Operário Brasileiro, realizado em setembro de 1913, quando se optou, novamente, pela neutralidade política, embora agora ficasse explícita a possibilidade de discussão de caráter pessoal, no interior dos sindicatos (*A Voz do Trabalhador*, 1º out. 1913; CRISPIM e MUNHOZ, 14 nov. 1913)..

O que estava em jogo, na avaliação dos sindicalistas, era justamente a promoção de um meio de aglutinação articulada de trabalhadores, identificação do antagonismo de interesses de classe, e discussões e exercícios práticos contra a dominação capitalista, para se proceder, assim, contra todas as formas de opressão e estimular, por fim, uma revolução anarquista. O sindicato seria o meio mais eficaz de promoção de práticas reivindicatórias e rebeldias coletivas. Se o sindicalismo tinha seus problemas, ainda assim aparecia como a forma mais viável de se aproximar dos trabalhadores, em um país cuja população se encontrava majoritariamente dispersa em um território continental, predominantemente agrário, de forte tradição escravocrata e de dominação

patrimonialista. Além disso, a relativa pouca força política que o operariado urbano conseguia demonstrar no conjunto do país, nesse contexto, estava constantemente ameaçada pela ingerência de orientações políticas adversárias ou francamente inimigas do anarquismo, que era tido pelo senso comum, segundo a ideologia dominante, por sinônimo de baderna gratuita e terrorismo.

O grande dilema da militância anarquista brasileira, pelo qual se debatia também grande parte dos esforços libertários em contexto internacional, não era tão somente a busca pelo exercício da coerência entre discurso e prática. Não se limitava apenas a uma postura de comportamento ético cotidiano e de ações coletivas fomentadas por compromissos firmados pela livre associação entre aqueles que compartilhavam os mesmos ideais. Isso, sem dúvida, fazia parte do exercício cotidiano de construção da anarquia no presente. Ao menos no discurso desses militantes, esse era o exercício mínimo daqueles que se propunham como difusores do ideal que projetava a constituição de um futuro extirpado de todas as formas de opressão. O grande desafio era promover essas práticas coerentes com o discurso, concomitantemente (e, sobretudo) ao fomento de instrumentos eficazes para a eclosão de um processo efetivamente revolucionário em um presente relativamente próximo. A escolha precisa desses instrumentos era imprescindível para não pôr em risco a viabilidade de concretização de um ideal, constituído fundamentalmente pela livre associação coletiva entre indivíduos.

E se os inimigos e as dificuldades eram muitos, para atingir seus objetivos não podiam prescindir de aliados. Sabiam que nem todos compartilhavam de suas ideias. Mas estavam convictos de que, cedo ou tarde, cederiam a elas, assim que elas se mostrassem não apenas pertinentes, mas também viáveis.

A vitória das teses sindicalistas em 1906, no conclave realizado no Distrito Federal, já havia sido grande, tendo em vista que o sindicalismo carioca, especialmente, estava sob forte influência de correntes políticas chamadas, pelos anarquistas, de “amarelas”<sup>1</sup>. E esse êxito não é desprezível se se considerar que os anarquistas

---

<sup>1</sup> Sobre estes, veja-se BATALHA (1984) e uma discussão que faço no segundo capítulo de minha dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2003: 74-116). Ali, tentei fazer uma distinção entre as correntes socialistas, que nutriam perspectivas revolucionárias (ainda que para um futuro muito distante), e aqueles a quem chamo de “colaboracionistas”, por apregoarem o entendimento e o consenso entre as classes sociais em meio ao movimento operário.

conseguiram extrair um pacto pela neutralidade política e religiosa em um evento em que eles não eram bem-vindos e se pretendia, claramente, criar um partido político operário de abrangência nacional (CORREIO DA MANHÃ, 25 dez. 1905 apud FARINHA NETO, 2002: 19-20).

Essas disputas com adversários internos do movimento operário, acerca de sua orientação política, continuariam a existir durante todo o período em que o anarquismo manteve-se influente no Brasil. Ficariam ainda mais ácidas entre os anos de 1912 e 1913, quando esses “colaboracionistas”, os mesmos organizadores do I Congresso Operário Brasileiro, organizaram um IV Congresso Operário Brasileiro<sup>2</sup>, ocorrido na sede do Senado Federal, com vínculos explícitos com políticos como o deputado Mário Hermes, filho do presidente da República. Alguns anarquistas fizeram-se presentes nesse encontro e tomaram a palavra contra a iniciativa. E em resposta às resoluções do evento e à tentativa de avanço do sindicalismo reformista, realizaram, então, o já referido II Congresso, em 1913, em que se reforçaram as teses de orientação do sindicalismo revolucionário.

Mas para além de tudo isso, estavam as diversas formas de mobilização operária, que, de fato, davam os contornos dessas disputas políticas.

### **As greves de 1917-1921 e o fomento à revolução.**

O grande mote que despertou o interesse mais intenso pela aproximação da militância anarquista brasileira com o movimento operário do país, se deu a partir da grande mobilização desenvolvida em 1903 pelos trabalhadores urbanos da capital da República. Até aquele momento, correntes políticas reformistas (e de contornos colaboracionistas), predominavam no movimento operário carioca desde a mudança do regime político. Porém, ainda que a presença desses militantes fosse constante, este movimento grevista trouxe novas perspectivas, que fizeram os anarquistas do país dedicarem maior atenção e terem maior entusiasmo com a mobilização operária brasileira. Basta dizer que, a despeito dos constantes apelos pelo arrefecimento da

---

<sup>2</sup> A própria designação de IV Congresso Operário Brasileiro, cujo cálculo sequencial não é de todo claro, tinha por objetivo deslegitimar o Congresso de 1906 e a Confederação Operária Brasileira, dali resultante. Sobre a controvérsia a respeito da designação, veja-se RODRIGUES, 1979: 179-180 (nota de pé de página).

greve, durante a sequência dos eventos os trabalhadores multiplicavam suas associações (SEIXAS, 1992: 28-37; GOLDMACHER, 2010). E, para além de revoltas urbanas, como a Revolta da Vacina, de 1904, novas forças grevistas se desenvolveriam nos anos seguintes em diversos pontos do país, como, dentre tantos exemplos, a greve generalizada de 1906 em Porto Alegre e de 1907 em São Paulo.

No entanto, o avanço do movimento anarquista, assim como o próprio entusiasmo da militância com o método sindicalista, estavam submetidos às oscilações que a mobilização operária sofria, durante as duas primeiras décadas do século XX.

Se, como ressalta Christina Lopreato (2000), o anarquismo teve uma importância fundamental para o desenvolvimento de práticas exercidas pelo proletariado brasileiro em suas lutas durante todo esse período, acredito ser exagerado caracterizar de anarquistas as greves que pulularam durante o ano de 1917 em todo o país, mesmo tratando-se do caso da greve paulista. Apesar dos contínuos esforços dos militantes libertários por promover atividades de organização coletiva de acordo com seus ideais, o operariado paulista se moveu, de modo geral, devido a questões objetivas estruturais e conjunturais, geradas, especialmente, pela carestia de vida verificada no contexto de guerra internacional. Apesar de todo um clima de insatisfação generalizada, o próprio movimento anarquista foi conduzido a participar de uma movimentação da qual não foram os protagonistas em sua deflagração. Alguns estiveram na condução do processo, na condição de integrantes do Comitê de Defesa Proletária, ao lado de outras lideranças operárias, inclusive socialistas, e tiveram a incumbência de negociar com o Estado e com o patronato o atendimento de uma pauta de reivindicações mínimas. A conduta intransigente nas negociações, que exigiu a intermediação de uma comissão formada por jornalistas, se deu em meio a um processo que foi avaliado, segundo a ótica de um articulista da imprensa anarquista, como “*a primeira grande batalha do proletariado brasileiro*” (GUERRA SOCIALE, 11 ago. 1917: 1-2). Se o que se vivenciou em São Paulo, junto com movimentos similares verificados quase simultaneamente em diversos cantos do país, não foi a tão propalada greve geral revolucionária, teria sido, porém, uma demonstração da força e da coesão que o proletariado urbano brasileiro deu sobre sua real capacidade de organização e combate coletivo. Era preciso, do ponto de vista anarquista, não desperdiçar a oportunidade de

efervescência mobilizatória e converter o que seria um potencial em um efetivo poderio revolucionário.

Para tanto, tornava-se imperioso rever estratégias e articular ações em plano nacional, para além da tarefa agregadora e pedagógica que sindicalismo fomentou, em sua abrangência local e de atendimento de aspirações imediatas.

E sabiam que, nesse processo almejado, não poderiam tomar exclusivamente para si a função de agentes articuladores. Tornava-se imperioso articular alianças com outros grupos que tinham horizontes de renovação social, ainda que em escalas diferentes, e que exerciam, preferencialmente, alguma influência organizativa sobre o operariado brasileiro. Deste modo, sob o efeito direto da onda grevista que varreu São Paulo e continuava a se espalhar pelo país, a imprensa anarquista passou a disseminar a convocação de um Congresso Geral da Vanguarda Social do Brasil, que deveria se realizar em outubro de 1917 na sede da COB no Rio de Janeiro, com o intuito de reunir forças políticas e organizar, “com a máxima urgência (...), as bases de uma ação conjunta” (A PLEBE, 4 ago. 1917: 2) de todos os “elementos avançados, anarquistas, socialistas, sindicalistas, associações de resistência e outros de estudos sociais (...) contra os seus comuns inimigos” (A PLEBE, 25 ago. 1917: 3). O objetivo final seria o de organizar a condução de uma ação que suplantasse, por meio de uma revolução de fato, o “resultado materialmente duvidoso” (A PLEBE, 11 ago. 1917: 1) que as greves tinham obtido.

Ao que tudo indica, graças principalmente à vaga repressiva que se instalou com tons de revanchismo no centro do país, a reunião não aconteceu naquele momento, ao menos com o grau de articulação requerido. Ainda assim, não arrefeceu o entusiasmo quanto à possibilidade de estar se vivendo um período de iminência revolucionária. E, sob os auspícios dos acontecimentos desenrolados na Rússia, acompanhados com o mesmo interesse costumeiro que os militantes anarquistas devotavam às notícias internacionais, vislumbrava-se, agora, a possibilidade de se forjar, no Brasil, uma aliança com os militares. Se aparentava ser uma aliança inusitada, depois de toda a campanha anti-militarista que os anarquistas sempre promoveram, passava-se a acreditar que seria possível uma sincera e sólida aliança, sobretudo pelo fato dos soldados e oficiais de baixa patente, por questão de origem de classe, conhecerem de

perto a exploração e a miséria das condições de vida e de trabalho a que seus “irmãos operários” estavam submetidos.

Deste modo, ainda em julho, em meio à paralisação que tomava conta da cidade de São Paulo, a imprensa anarquista noticiava a existência de um Comitê de Soldados e Operários da Rússia (O DEBATE, 12 jul. 1917: 12), enquanto fazia repercutir a declaração do deputado federal Nicanor do Nascimento sobre este tipo de organização: um modelo a ser imitado no Brasil para pôr fim ao açambarcamento de alimentos e à carestia de vida reinante no país (A PLEBE, 21 jul. 1917: 3; 4 ago. 1917: 2).

Imediatamente, os anarquistas tentaram criar, através de seu material de propaganda difundido entre os operários, a ideia de que existia não apenas um clima propício para a consagração dessa aliança redentora, mas de que estavam a ocorrer situações concretas nesse sentido. É assim que um articulista de *O Debate* (26 jul. 1917: 1) narra o fervoroso diálogo entre operários e um praça do Exército em frente à sede da Federação Operária do Rio de Janeiro. Ele teria conseguido desertar a tempo de ser punido por se recusar, junto com cerca de quarentas colegas, a sair da base militar de Lorena para reprimir a greve paulistana. Além disso, teria contado também que outros soldados haviam ajudado os grevistas a arrancarem os trilhos dos bondes do bairro do Braz, provando, assim, a viabilidade de uma solidariedade sincera, para a transformação da ordem vigente.

Outros exemplos de diálogos semelhantes, mais ou menos verossímeis, são frequentes no material de propaganda anarquista. Mas o exemplo de solidariedade mais dramático entre soldados e operários, e que foi amplamente divulgado com manifestações públicas através de textos, conferências e passeatas, ocorreu em 7 de agosto de 1918, durante a greve da Companhia Cantareira, em Niterói. Alguns soldados do Exército se recusaram a reprimir os grevistas e passaram a apoiá-los. Outros intensificaram a reação, e, como resultado do conflito conflagrado, morreram um operário e dois daqueles soldados.

Logo depois desse trágico episódio, alguns anarquistas avaliaram, talvez, que essas demonstrações de solidariedade eram mais do que suficientes para se tentar algo mais ousado, e partiram para um plano insurrecional que objetivava tomar o Palácio do Catete e paióis das Forças Armadas e da polícia. Talvez tenham confiado demais no

suporte que teriam da União Geral dos Trabalhadores e da disseminação de ações insurrecionais por parte dos operários em tecidos. Mas, certamente, confiaram demais em um desconhecido tenente do Exército, que adentrou ao grupo depois dissimular interesse, assim que recebeu um panfleto sedicioso que estava sendo distribuído na Vila Militar (ADDOR, 1986).

A prisão dos quatorze envolvidos (depois absolvidos por falta de provas) deu fim às insistentes propagações por alianças com militares. Porém não evitou novas tentativas de ações revolucionárias, que deveriam ser, agora melhor planejadas e articuladas, preferencialmente, por algum instrumento central.

Não é à toa, portanto, que, em 1919, houve, em meio à deflagração de uma série de greves, cujos conflitos são mais intensos dos que os ocorridos em 1917, a criação de um organismo que se pretendia articulador das atividades anarquistas e a tentativa de execução de outro plano insurrecional, agora de abrangência nacional.

Frederico Duarte Bartz (2007: 162-169) traz à tona a tentativa de execução de um plano articulado em dimensões nacionais, em que uma insurreição fosse desencadeada a partir da declaração simultânea de greve geral em diversos estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco). Não existem muito indícios sobre essa conspiração, e, talvez, por isso, seja tão pouco considerada (ou praticamente ignorada) pela historiografia. E também há muito pouco sobre os motivos que fizeram essa operação ter sido abortada. Segundo o velho militante Everardo Dias (1977: 91), em texto escrito muitos anos depois, o fracasso decorreu de uma “*precipitação de uma corporação dos transportes*”, que declarou greve antes do previsto. Já o anarquista Gigi Damiani, em relato ao seu biógrafo Ugo Fedeli, afirmou que a explosão de uma bomba na casa de um dos envolvidos, em São Paulo, que feriu sua esposa e dois filhos, além de matar quatro de seus companheiros, desencadeou a reação severa e a atenção redobrada da polícia (DULLES, 1977: 98).

A ação enérgica das forças repressivas sobre as greves e os movimentos operário e anarquista durante o ano de 1919, impulsionada tanto pelo vulto das mobilizações dos anos anteriores, quanto pelo sucesso da implantação de um regime socialista na Rússia, atingiu ainda uma reunião no Rio de Janeiro, em que o professor José Oiticica proferia uma conferência em que apresentava os “*Princípios e fins do Partido Comunista-*

*Anarquista do Brasil*” (OITICICA, 1919). Ainda que não tenha conseguido se estruturar graças à intervenção jurídico-policial, que promoveu intensa perseguição aos militantes, com prisões e deportações arbitrárias, a fundação deste partido deve ser entendida não apenas como mero reflexo do impacto da Revolução Russa no Brasil, mas sob uma perspectiva de tentativa de criação de instrumentos, que, de algum modo, pudessem servir como organismos de melhor articulação de esforços para a execução de atividades revolucionárias, que careciam, necessariamente, de algum nível de centralidade em seu planejamento. O PCAB, portanto, não foi uma entidade que refletia uma atribuída, por vezes, confusão do entendimento que os anarquistas brasileiros tinham em relação aos acontecimentos russos. Ao contrário, acompanhavam de perto e com muita atenção o que se passava por lá, além da repercussão das notícias e avaliação internacional entre os anarquistas. Não é por acaso que Hélio Negro (pseudônimo de Antonio Candeias) e Edgard Leuenroth lançaram, em 1º de maio de 1919, o opúsculo *O que é maximismo ou bolchevismo?* (LEUENROTH e NEGRO, s.d.), em que descrevem um projeto de sociedade futura baseada nos princípios do “*mais largo federalismo*” e nas liberdades individuais, combatendo, assim, implicitamente, que houvesse repercussão positiva, entre os militantes brasileiros, da centralização burocrática-estatal que se configurava em solo russo. E não era também um contra-senso a criação de um partido anarquista, considerando que o ideário repelia qualquer tentativa de disputa política eleitoral. O partido não tinha função eleitoral alguma. Fora criado como um órgão de articulação e propaganda, para convergir e orientar ações dispersas, em moldes semelhantes aos propostos por Malatesta, durante décadas (ARUFFO, 2006).

Portanto, o PCAB configurava como mais um esforço da militância anarquista por romper os limites práticos que o sindicalismo atingia diante dos objetivos revolucionários. Se os sindicatos continuavam a ter importância central para a mobilização permanente, aos olhos dos anarquistas, se tornava evidente, cada vez mais, que era preciso aprimorar os meios de ação, com mais dinamismo e maior alcance, se se queria, de fato, a constituição de uma nova ordem sobre os escombros da atual.

## Considerações finais

As avaliações sobre a viabilidade da eclosão de um processo revolucionário, mais ou menos imediato, no Brasil, passaram a sofrer reveses não apenas por causa da intensificação da repressão, senão também pela crescente cisão operada no interior do movimento anarquista.

O fracasso sucessivo de novas tentativas de estabelecimento de alianças e de práticas insurrecionais, em um contexto de arrefecimento da mobilização operária em todo o país, deu margem à impaciência de alguns militantes que haviam, por anos, dedicado seus esforços à causa da revolução. A situação era agravada pela consolidação do regime soviético.

A condução dos debates travados no III Congresso Operário Brasileiro no ano de 1920 colocou em evidência a proximidade da cisão definitiva. A maioria dos militantes presentes conseguiu impor novamente a vitória dos princípios do sindicalismo revolucionário e do federalismo não intervencionista da COB (BARBOSA, 1998), para evitar que os sindicatos brasileiros pudessem se ver instrumentalizados por novas formas de organização política, como se avizinhava processar em plano internacional, através da criação da Internacional Sindical Vermelha, ligada aos bolcheviques.

Insatisfeito com o que julgava ser a ineficácia do federalismo adotado pela COB, Astrojildo Pererira propôs, brevemente, a adoção de estrutura confederal similar a da Industrial Workers of the World (A PLEBE, 28 maio 1921; DEL ROIO, 2003; 83), mais centralizada do que o modelo da CGT francesa. Contudo, sua proposição não teve muito espaço e foi duramente rechaçada pelos anarquistas e outros sindicalistas, que referendaram a defesa da Revolução Russa, com ressalvas veementes aos seus métodos. A cisão interna que viria a ocorrer em 1921, já dava sinais de ser inevitável, e o que se seguiria, a partir dessa nova década, seria o declínio da influência anarquista nos meios operários.

Significativamente, esse declínio ocorreria após as tentativas de superação dos limites do sindicalismo que ajudaram a construir, através da busca pela constituição de novas estratégias e alianças para a efetivação de uma revolução. E isso ocorreria justamente quando novos agentes políticos, como o Partido Comunista Brasileiro e os movimentos tenentistas, surgiam para disputar a pertinência de projetos ditos

revolucionários. Haveria, a partir da década de 1920, um reordenamento das disputas políticas, que passariam a ter no Estado, a arena e o alvo dessas novas disputas. Estado, aliás, que cada vez mais apontaria para formas de ingerência sobre as atividades sindicais.

E nesse contexto, durante as décadas de 1920 e 1930, os anarquistas passaram a defender e propagar a necessidade de se reestabelecer os princípios do sindicalismo revolucionário, elemento central da força que conseguiram atingir em seu período áureo. Porém, sem jamais conseguir restituí-lo.

### **Bibliografia:**

[PEREIRA, Astrojildo]. Os fatos do exterior. A Revolução russa. *O Debate*. Rio de Janeiro, 12 jul. 1917, p. 12.

ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

ARUFFO, Alessandro. *Breve storia degli anarchici italiani: 1870-1970*. Roma: Datanews, 2006.

As resoluções do Segundo Congresso. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 39-40, 1º out. 1913, p. 3.

BARBOSA, Santos. 3º Congresso Operário Brasileiro. *História em Revista*, Pelotas, UFPel, v. 3, p. 161-199, dez. 1998.

BARTZ, Frederico Duarte. *O horizonte vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário Rio Grande do Sul, 1917-1920*. Porto Alegre: Dissertação de mestrado em História/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2007.

BATALHA, Claudio. *Le syndicalisme "amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930)*. Paris: Tese de doutorado em História/Université de Paris, 1984.

BONOMO, Alex B. *O anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935)*. São Paulo: Dissertação de mestrado em História/PUC-SP, 2007.

Comentários de um plebeu. *A Plebe*, São Paulo, 11 ago. 1917, p. 1.

Considerazioni postume; Non dimentichiamo! *Guerra Sociale*. São Paulo, 11 ago. 1917, p. 1 e 2.

- CRISPIM, João e MUNHOZ, Rafael Serrato. Confederação Operária Brasileira – Resumo do Relatório dos trabalhos do 2º Congresso Operário Brasileiro, elaborado pela delegação da Federação Operária de Santos. *A Revolta!*, Santos, ano I, n. 5, 14 nov. 1913 (suplemento).
- CRISPIM, João. Sindicalismo de Estado e Sindicalismo Anarquista. *Germinal!*, São Paulo, ano I, n. 13, 15 jun. 1913, p. 2.
- DEL ROIO, Marco. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de e REIS Filho, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil – Vol. I: o impacto das revoluções*. Campinas: 2.ed., Unicamp, 2003, p. 83.
- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: 2.ed., Alfa-Ômega, 1977, p. 91.
- DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1991.
- DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- FARINHA NETO, Oscar. *Atuação libertária no Brasil: a Federação Anarco-sindicalista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.
- GOLDMACHER, Marcela. As associações operárias e a “greve geral” de 1903. In: GOLDMACHER, Marcela, MATTOS, Marcelo Badaró e TERRA, Paulo Cruz (orgs). *Faces do trabalho: escravizados e livres*. Niterói: EdUFF, 2010, p. 143-165.
- GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge E. (orgs.). *A imprensa libertária no Ceará (1908-1921)*. São Paulo: Imaginário, 2000.
- Graves revelações de um soldado do exército. Teremos também um Comitê de Soldados e Operários? *O Debate*. Rio de Janeiro, 26 jul. 1917, p. 7-8.
- JULLIARD, Jacques. La charte d’Amiens, cent ans après. Texte, contexte, interprétations. *Mil neuf cent*, n. 24, p. 5-40, 2006.
- LEUENROTH, Edgard e NEGRO, Hélio. *O que é o maxismo ou o bolchevismo: programa comunista*. São Paulo: Editora Semente, s./d.
- LOPREATO, Christina. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.
- MALATESTA, Errico. *Bakunin e altri scritti sulla storia dell’anarchia*. Roma: Datanews, 2004.
- O Congresso Geral da Vanguarda Social do Brasil. *A Plebe*, São Paulo, 25 ago. 1917, p. 3.
- O regime da fome. Imitemos a Rússia; Um Comitê dos Operários e Soldados do Brasil. *A Plebe*. São Paulo, 21 jul. 1917, p. 3; O exército e a greve. *A Plebe*. São Paulo, 4 ago. 1917, p. 2.
- OITICICA, José. *Princípios e fins do Partido Comunista-Anarquista*. Rio de Janeiro: s./e., 1919.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Niterói: Tese de Doutorado em História/Universidade Federal Fluminense (UFF), 2009.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Mobilização operária na República excludente: um estudo comparativo das relações entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX*. Porto Alegre: Dissertação de mestrado em História/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

Para uma ação conjunta. *A Plebe*, São Paulo, 4 ago. 1917, p. 2.

Pela reorganização operária. *A Plebe*, 28 maio 1921, p. 1.

RODRIGUES, Edgar. *Alvorada operária*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002.

SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX*. Niterói: Tese de doutorado em História/UFF, 2006.

SEIXAS, Jacy Alves de. *Mémoire et oubli: anarchisme et syndicalisme révolutionnaire au Brésil*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1992.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004b.

TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.